



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



TERMO DE REFERÊNCIA
DISPENSA DE LICITAÇÃO ELETRÔNICA N° 06/2022
CRITÉRIO: MENOR PREÇO GLOBAL
Art. 24º, inciso II da Lei n.º 8.666/93

Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE

Processo Administrativo nº 14/2022

1. OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de seguro predial, para proteção da sede do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE.

ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	LOCAL	QUANTIDADE
1	PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE SEGURO PREDIAL.	Sede do CRF/SE: AV. GOV. Paulo Barreto de Menezes, 352, Bairro: Treze de Julho – CEP: 49020-010 – Aracaju – SE.	01

2. JUSTIFICATIVA:

2.1. Considerando o vencimento da atual apólice do seguro do imóvel, pertencente ao CRF/SE, permanecendo a necessidade e a importância da proteção ao patrimônio desta autarquia, resguardando integridade física dos seus bens imóveis, preservando-os contra riscos de eventuais sinistros causados por incêndios, raios e explosões de qualquer natureza, torna-se necessária a presente contratação.

Convém destacar também, que o pretendido seguro tem por objeto a indenização ao segurado, durante a vigência do contrato, observando os limites estabelecidos na apólice, dos prejuízos decorrentes de perdas e danos materiais, causados de forma súbita e imprevista, aos bens/interesses garantidos, diretamente resultantes de riscos cobertos de acordo com as condições gerais, que fazem parte integrante e inseparável da apólice.

3. DOS SERVIÇOS:

3.1. Prestação de serviços de seguro predial, para a proteção da sede do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE, devendo possuir as seguintes coberturas:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



Cobertura do Seguro	Limite Máximo Indenizável
Incêndio, Raio e Explosão	1.000.000,00
Danos Elétricos	30.000,00
Despesas Fixas - Simplificada	200.000,00
Equipamentos Eletrônicos	50.000,00
Perda ou Pagamento de Aluguel	100.000,00
Resp. Civil Empregador	50.000,00
Subtração de Bens	50.000,00
Vidros, Espelhos e Mármore	20.000,00

3.2. Avaliação de riscos:

Questionário de Avaliação de Risco

A construção possui isopainel e/ou materiais combustíveis?	Não possui. Construção superior ou sólida.
Vigilância?	Não possui.
Alarme monitorado por Empresa de Segurança?	Não Possui ou cobre o local parcialmente.
Alarme sonoro?	Não Possui ou cobre o local parcialmente.
Risco localizado em Condomínio Logístico, Armazéns, Mercadões ou Mercados Públicos?	Não
Idade do Imóvel	de 15 a 30 anos, inclusive
Prédio (ou somente a fachada do imóvel) tombado ou preservado pelo Patrimônio Histórico?	Não
Risco localizado em Shopping Center?	Não
O imóvel possui um programa contínuo de reuso, reaproveitamento ou uso eficiente de água?	Não
O imóvel possui placas solares?	Não
O imóvel contribui para programa de reciclagem ou descarte sustentável?	Não
Meios de Proteção	Extintores

3.3. Abrangência:

3.3.1. A abrangência será para a sede do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE, endereço: **AV. GOV. Paulo Barreto de Menezes, 352, Bairro: Treze de Julho – CEP: 49020-010 – Aracaju – SE.**

4. LOCAL E PRAZO DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



4.1. O local da execução dos serviços a ser contratado deve ser realizado na sede do Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE, endereço: **AV. GOV. Paulo Barreto de Menezes, 352, Bairro: Treze de Julho – CEP: 49020-010 – Aracaju – SE.**

4.2. A contratada deverá emitir apólice no prazo de até 15 (quinze) dias, após a assinatura do contrato.

5. VISTORIA PARA A LICITAÇÃO

5.1. Para o correto dimensionamento e elaboração de sua proposta, o licitante poderá realizar vistoria nas instalações do local de execução dos serviços, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à quinta-feira, das 12:00 horas às 18:00 horas e na sexta-feira das 08:00 às 14:00;

5.2. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do termo de referência, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública;

5.3. Para a vistoria, o licitante, ou o seu representante legal, deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

6.1. Acompanhar, fiscalizar e avaliar a realização do objeto desta contratação, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, diretamente ou por prepostos designados.

6.2. Comunicar à Contratada toda e qualquer irregularidade referente ao objeto;

6.3. Efetuar o pagamento à Contratada mediante apresentação da respectiva fatura, após comprovação da regularidade fiscal e do ateste pela Contratante, através de crédito em conta bancária observando-se a legislação atual;

6.4. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela Contratada;

6.5. Comunicar oficialmente à contratada, quaisquer falhas ocorridas, consideradas de natureza grave.

7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

7.1. A Contratada deverá executar o serviço descritos no presente Termo de Referência;

7.2. Entregar fielmente o objeto contratado no prazo estipulado;



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE**



7.3. Zelar pela perfeita execução do serviço, devendo as falhas, que porventura vierem a ocorrer, serem sanadas no menor prazo possível;

7.4. Comunicar à Contratante qualquer anormalidade que vierem a ocorrer na realização do serviço e prestar os esclarecimentos julgados necessários;

7.5. Não transferir a outrem, no todo ou em parte, a avença firmada sem prévia e expressa anuência da Contratante;

7.6. Manter durante toda a execução do objeto as condições inicialmente pactuadas.

8. DA SUBCONTRATAÇÃO

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. A contratante nomeará servidor para exercer a fiscalização dos serviços realizados, na forma prevista na Lei nº 8.666/93, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;

10. DA FORMA DE PAGAMENTO:

10.1. O Conselho Regional de Farmácia de Sergipe/ SE, após o exato cumprimento das obrigações assumidas, efetuará o pagamento a Contratada em prazo não superior a 30 (trinta) dias consecutivos, contado a partir do recebimento e aceitação da Nota Fiscal em conformidade com a lei 8.666/93.

10.2. Para fazer jus ao pagamento, a empresa deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade perante o FGTS – CRF, Certidões Negativas de Débitos junto às Fazendas Federal (abrangendo os débitos relativos a tributos federais, à dívida ativa da União, e as contribuições previdenciárias e de terceiros), Estadual e Municipal do domicílio do contratado, bem como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas.

10.3. A apresentação de nota fiscal/fatura com incorreções ou desacompanhada da documentação requerida implicará a sua devolução à Contratada para regularização, devendo o prazo de pagamento ser contado a partir da data de sua reapresentação.

10.4. Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

10.5. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

11. ÍNDICE DE REAJUSTE



11.1. Os preços poderão ser corrigidos anualmente mediante requerimento da contratada, observado o interregno mínimo de um ano, contado a partir da data limite para a apresentação da proposta, pela variação do índice IPCA ou outro que vier a substituí-lo.

12. DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

12.1. Adotar boas práticas de otimização de recursos/redução de desperdícios/ menor poluição, tais como:

- Racionalização do uso de substâncias potencialmente tóxico-poluentes;
- Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
- Treinamento/ capacitação periódicos dos empregados sobre boas práticas de redução de desperdícios/poluição;
- Adotar as práticas de sustentabilidade na execução dos serviços, quando couber.
- A Contratada deverá adotar práticas de sustentabilidade ambiental na execução dos serviços, em conformidade com a Instrução Normativa/SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010;
- Utilizar produtos, preferencialmente, sustentáveis e de menor impacto ambiental;
- Utilizar produtos, preferencialmente, acondicionados em embalagens que utilize materiais recicláveis e atóxicos, conforme determina as normas da ABNT, de forma a garantir a máxima proteção durante sua utilização, transporte e armazenamento;
- Adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada, por parte de seus funcionários alocados para prestação dos serviços, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 08/10/2003;
- Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança necessários à execução dos serviços e realizar programas internos de treinamento de seus empregados para as práticas de sustentabilidade, observadas as normas ambientais vigentes;
- Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- Independentemente dos critérios acima definidos, a Contratada deverá adotar as medidas que forem cabíveis descritas no Guia Nacional de Licitações Sustentáveis da Advocacia-Geral da União, bem como aquelas previstas no item 2.4.7 do Caderno de Logística - Prestação de serviços de limpeza, asseio e conservação, do então Ministério do



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



Planejamento, Orçamento e Gestão (2.4.7 Boas Práticas Sustentáveis para Contratação de Serviços de Limpeza).

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. O fornecedor que não mantiver a proposta, falhar ou fraudar a execução do contrato estará sujeito às sanções administrativas previstas na Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, sem prejuízo do eventual cancelamento da nota de empenho ou instrumento contratual.

14. DA ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS

14.1. O valor estimado para a presente contratação, será de **R\$ 1.312,33 (mil trezentos e doze reais e trinta e três centavos)**, obtido através de ampla pesquisa de preços, em obediência ao que prevê o art. 15, inciso V da lei nº 8.666/93, bem como ao artigo 5º da Instrução Normativa Seges/ME nº 65, de 07 de julho de 2021.

15. DOS CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E SELEÇÃO DO FORNECEDOR

15.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital;

15.2. O critério de aceitabilidade de preços está especificado no tópico nº 14 deste Termo de Referência;

15.3. **O critério de julgamento da proposta é o menor preço global**, sendo assim, será considerada vencedora da Dispensa Eletrônica de Licitação a empresa que cumprir o estabelecido neste Termo de Referência e apresentar o menor valor unitário (valor global) para realização do serviço solicitado.

16. DA HABILITAÇÃO

16.1. Os licitantes deverão encaminhar, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

16.2. Habilitação jurídica:

16.2.1. No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

16.2.2. Em se tratando de Microempreendedor Individual – MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio www.portaldoempreendedor.gov.br;

16.2.3. No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente



registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

16.2.4. No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

16.2.5. Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

16.2.6. Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

16.3. Regularidade fiscal e trabalhista:

16.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

16.3.2. prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

16.3.3. prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

16.3.4. prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

16.3.5. prova de regularidade com a **Fazenda Municipal** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

16.3.6. prova de regularidade com a **Fazenda Estadual** do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre

16.3.7. caso o licitante seja considerado isento dos tributos municipais relacionados ao objeto licitatório, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda Municipal do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;

16.4. Qualificação Econômico-Financeira:



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CONSELHO FEDERAL DE FARMÁCIA
CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SERGIPE



16.4.1. certidão negativa de falência, recuperação judicial ou recuperação extrajudicial expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

16.4.1.1. No caso de certidão positiva de recuperação judicial ou extrajudicial, o licitante deverá apresentar a comprovação de que o respectivo plano de recuperação foi acolhido judicialmente, na forma do art. 58, da Lei n.º 11.101, de 09 de fevereiro de 2005, sob pena de inabilitação, devendo, ainda, comprovar todos os demais requisitos de habilitação;

16.5. Qualificação Técnica:

16.5.1. A seguradora deverá possuir registro ou inscrição na SUSEP – Superintendência de Seguros Privados.

16.6. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos;

16.6.1. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz;

16.6.2. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

17. DA VIGÊNCIA

17.1. A contratada deverá emitir apólice no prazo de até 15 (quinze) dias.

17.2. A presente contratação possuirá prazo de 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado pelo exercício seguinte, por igual período, na forma prevista no inciso II do artigo 57 da lei 8.666/93 e alterações posteriores, por interesses do CONTRATANTE.

18. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS:

18.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão a expensas da seguinte dotação orçamentária: **6.2.2.1.1.01.04.04.005.00 – Seguros em Geral.**

Aracaju, 25 de agosto de 2022.

Francisco César Alvaia da Cruz Neto
Presidente da Comissão Permanente de Licitação
Conselho Regional de Farmácia de Sergipe – CRF/SE

APROVO presente Termo de
Referência, conforme estabelece o artigo
14, inciso II do Decreto Federal n.º
10.024, de 20 de setembro de
2019.

Aracaju/Se, 25 de agosto de 2022.

Carlos Eduardo Araújo de Oliveira
Presidente do CRF/ SE